



Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A | Resultados de 2016

**Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A**

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2016**

## Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEVP” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

### 1. Considerações gerais

A EDEVP é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 181 mil clientes e uma população de aproximadamente 0,4 milhão de habitantes em 27 municípios do Estado de São Paulo, em uma área de 11.780 Km<sup>2</sup>.

### 2. Investimentos

Com foco em projetos que visam ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados e satisfação dos seus clientes, a EDEVP investiu ao longo dos últimos três anos aproximadamente R\$ 64,9 milhões, dos quais R\$ 23,9 milhões em 2016, o que representa uma redução de 2,8% em relação aos valores investidos no ano anterior, fruto do cumprimento do Plano de Recuperação e Correção de Falhas e Transgressões estabelecido em 2014, quando a EDEVP foi adquirida pelo Grupo Energisa.

Valores em R\$ milhões

Descrição	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Ativos Elétricos	9,0	6,2	+ 45,2	19,3	14,9	+ 29,5
Obrigações Especiais	(3,2)	0,8	-	2,1	6,9	- 69,6
Ativos Não Elétricos	0,3	0,8	- 62,5	2,5	2,8	- 10,7
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>6,1</b>	<b>7,8</b>	<b>- 21,8</b>	<b>23,9</b>	<b>24,6</b>	<b>- 2,8</b>

(\*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2016, destacam-se:

- i) Construção da linha de 40 kV e conexão na subestação Capivara (CTEEP), criando um novo ponto de suprimento na área de concessão da EDEVP, melhorando o atendimento aos municípios de Iepê e Nantes, região agrícola com presença de grandes silos e irrigações, uma vez que o sistema elétrico que atende às localidades é radial sem opção de realimentação em situações de contingência;
- ii) Início do projeto de construção de 82 km de linha em 138 kV que interligará a subestação Tupã à subestação Getulina. Trata-se de um importante reforço na rede básica que atende a área de concessão da Companhia, melhorando significativamente o atendimento aos municípios de Bastos e Tupã;
- iii) Automação da subestação de Cândido Mota, unindo a comunicação via satélite e sistemas digitais de telefonia e internet, possibilitando realizar a operação dos equipamentos de subestações e linhas à distância sem que haja a necessidade de deslocar veículo e eletricitas até o local para o acionamento manual dos equipamentos;
- iv) Instalação e automação de 24 religadores de linha de média tensão, equipamentos que tem por objetivo de religar automaticamente a rede quando há interferências por curtos-circuitos instantâneos provocados por raios, galhos de árvores e outros objetos que tocam na rede, ou seja, o restabelecimento do sistema elétrico é automático no trecho onde foi instalado o religador. Com esses aparelhos, na maioria das vezes, não existe a necessidade de uma equipe ir até o local da ocorrência, pois tudo é monitorado à distância;
- v) Aquisição de Mega Jumper, conjunto de equipamentos compostos por cabos isolados, gerador a gasolina, reboque e estruturas de sinalização e conexão com a rede, de forma a manter o

fornecimento de energia durante a realização de serviços programados nas redes de média tensão, fazendo parte do planejamento de alguns serviços específicos e utilizado pelas equipes de construção, manutenção e linha viva;

- vi) Melhoria na infraestrutura de agências de atendimento e polos de serviço;
- vii) Aquisição e renovação da frota de veículos operacionais e administrativos.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2016	2015	Acréscimo
Subestações - nº	32	32	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	538	543	- 5
Linhas de transmissão - km	11	11	-
Redes de distribuição (próprias) - km	8.456	7.707	+ 749
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	10.622	8.233	+ 2.389
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	384	317	+ 67

### 3. Desempenho econômico-financeiro

#### 3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2016:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)	Varição %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	488,0	557,6	- 12,5
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	465,2	541,6	- 14,1
Receita Operacional Líquida	302,7	347,2	- 12,8
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	279,9	331,2	- 15,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	24,1	48,7	- 50,5
EBITDA	33,3	56,3	- 40,9
EBITDA Ajustado	37,6	60,5	- 37,9
Resultado financeiro	(4,4)	(0,9)	+ 388,9
Lucro Líquido	13,5	31,6	- 57,3
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	313,4	327,6	- 4,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	24,6	38,0	- 35,3
Patrimônio Líquido	139,1	138,9	+ 0,1
Endividamento Líquido	10,9	(14,0)	-
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	181,1	178,3	+ 1,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	807,2	848,6	- 4,9
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.051,1	972,0	+ 8,1
Perdas de Energia	7,63	7,09	+ 0,54
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	12,4	17,4	- 5,0 p.p
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	0,3	-0,2	-

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2016, a EDEVP apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 465,2 milhões, ante R\$ 541,6 milhões registrados em 2015, redução de 14,1% (R\$ 76,4 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, caiu 15,5% (R\$ 51,3 milhões) no período, para R\$ 279,9 milhões.

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15 (Reapresentado)	Var. %	2016	2015 (Reapresentado)	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	106,9	122,9	- 13,0	437,2	463,9	- 5,8
✓ Residencial	46,8	51,2	- 8,6	188,4	189,3	- 0,5
✓ Industrial	15,4	21,0	- 26,7	68,7	85,5	- 19,6
✓ Comercial	22,0	25,9	- 15,1	90,3	96,4	- 6,3
✓ Rural	9,8	10,2	- 3,9	38,0	38,8	- 2,1
✓ Outras classes	12,9	14,6	- 11,6	51,8	53,9	- 3,9
(+) Suprimento de energia elétrica	8,7	4,4	+ 97,7	25,2	16,8	+ 50,0
(+) Fornecimento não faturado líquido	2,2	4,1	- 46,3	(1,4)	4,6	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	4,0	2,7	+ 48,1	13,5	9,2	+ 46,7
(+) Receitas de construção	12,9	5,6	+ 130,4	22,8	16,0	+ 42,5
(+) Constituição e amortização - CVA	(6,0)	4,7	-	(35,5)	18,8	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	6,6	5,6	+ 17,9	23,7	18,5	+ 28,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	-	4,3	-	0,2	7,5	- 97,3
(+) Outras receitas	0,5	0,2	+ 150,0	2,3	2,3	-
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>135,8</b>	<b>154,5</b>	<b>- 12,1</b>	<b>488,0</b>	<b>557,6</b>	<b>- 12,5</b>
(-) Impostos sobre vendas	30,9	36,3	- 14,9	122,4	130,0	- 5,8
(-) Deduções bandeiras tarifárias	0,8	(18,5)	-	0,9	9,7	- 90,7
(-) Encargos setoriais	15,3	21,8	- 29,8	62,0	70,7	- 12,3
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>88,8</b>	<b>114,9</b>	<b>- 22,7</b>	<b>302,7</b>	<b>347,2</b>	<b>- 12,8</b>
(-) Receitas de construção	12,9	5,6	+ 130,4	22,8	16,0	+ 42,5
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>75,9</b>	<b>109,3</b>	<b>- 30,6</b>	<b>279,9</b>	<b>331,2</b>	<b>- 15,5</b>

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um acréscimo de 1,6% (2.778 novos consumidores), o consumo cativo e livre de energia elétrica reduziu 1,3% em 2016 (aumento de 1,1% no 4T16), conforme item 4.4 deste relatório;
- Reversão de ativos e passivos financeiros regulatórios (CVAs) no montante de R\$ 35,5 milhões (R\$ 6,0 milhões no 4T16) contra R\$ 18,8 milhões de receitas reconhecidas em 2015 (R\$ 4,7 milhões no 4T15);
- Redução do valor da quota CDE, cujo registro em 2016 foi de R\$ 58,7 milhões, contra R\$ 67,0 milhões em 2015;
- Aumento tarifário médio de 1,69% a partir de 10/05/2016.

### 3.3 Ambiente regulatório

#### 3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 8,1 milhões, ante R\$ 27,9 milhões registrados em 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

### 3.3.2 Revisão tarifária periódica

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em maio de 2016 o 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da EDEVP. O efeito médio para o consumidor foi de 1,69%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
- 0,33	6,20	1,69	10/05/2016

### 3.3.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução da Base de Remuneração Líquida (BRL) da EDEVP e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) - (Em R\$ milhões) (1)		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
68,3	100,8	Maio/16	Maio/21

(1) Preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo)

A síntese do resultado do 4º Ciclo da Revisão Tarifária da EDEVP refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

A Base de Remuneração Líquida da EDEVP aumentou 47,6% (R\$ 32,5 milhões), totalizando R\$ 100,8 milhões. Por sua vez, a Parcela B aumentou 6,5% em relação a data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 84,9 milhões. O crescimento da Parcela B foi influenciado, principalmente, pelo reconhecimento tarifário dos investimentos realizados (EBITDA Regulatório).

Parcela B (R\$ milhões)			
3º Ciclo	4º Ciclo	Variação R\$ milhões	Variação %
79,7	84,9	+ 5,2	+ 6,5

### 3.3.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a EDEVP pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 23,7 milhões em 2016 (R\$ 18,5 milhões em 2015). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

### 3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 255,7 milhões em 2016 e R\$ 72,4 milhões no 4T16, redução de 9,5% (R\$ 26,7 milhões) e de 12,8% (R\$ 10,6 milhões) respectivamente, quando comparadas com os mesmos períodos de 2015. Desse total, as despesas não controláveis reduziram 14,8% ou R\$ 34,3 milhões (queda de 18,4% ou R\$ 12,3 milhões no 4T16), totalizando R\$ 197,1 milhões (R\$ 54,5 milhões no 4T16).

As despesas controláveis, com PMSO (pessoal, material, serviços de terceiros e outras), apresentaram aumento de 11,2% ou R\$ 4,8 milhões (redução de 3,2% ou R\$ 0,5 milhão no 4T16), totalizando R\$ 47,6 milhões (R\$ 14,9 milhões no 4T16).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15 (Reapresentado)	Var. %	2016	2015 (Reapresentado)	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>54,5</b>	<b>66,8</b>	<b>- 18,4</b>	<b>197,1</b>	<b>231,4</b>	<b>- 14,8</b>
1.1 Energia comprada	48,6	56,3	- 13,7	165,9	201,8	- 17,8
1.2 Transporte de potência elétrica	5,9	10,5	- 43,8	31,2	29,6	+ 5,4
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>15,6</b>	<b>14,3</b>	<b>+ 9,1</b>	<b>48,8</b>	<b>42,0</b>	<b>+ 16,2</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>14,9</b>	<b>15,4</b>	<b>- 3,2</b>	<b>47,6</b>	<b>42,8</b>	<b>+ 11,2</b>
2.1.1 Pessoal	6,8	7,9	- 13,9	23,1	20,5	+ 12,7
2.1.2 Fundo de pensão	0,2	0,2	-	0,7	0,5	+ 40,0
2.1.3 Material	0,8	0,7	+ 14,3	3,2	2,4	+ 33,3
2.1.4 Serviços de terceiros	3,9	5,2	- 25,0	15,8	16,5	- 4,2
2.1.5 Outras	3,2	1,4	+ 128,6	4,8	2,9	+ 65,5
✓ Multas e compensações	0,2	0,2	-	0,5	0,4	+ 25,0
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,3	0,2	+ 50,0	0,5	0,6	- 16,7
✓ Outros	2,7	1,0	+ 170,0	3,8	1,9	+ 100,0
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>0,7</b>	<b>(1,1)</b>	<b>-</b>	<b>1,2</b>	<b>(0,8)</b>	<b>-</b>
2.2.1 Contingências	0,7	(1,2)	-	1,4	(1,2)	-
2.2.2 Devedores duvidosos	-	0,1	-	(0,2)	0,4	-
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>2,3</b>	<b>1,9</b>	<b>+ 21,1</b>	<b>9,8</b>	<b>9,0</b>	<b>+ 8,9</b>
3.1 Depreciação e amortização	2,1	1,8	+ 16,7	9,1	7,5	+ 21,3
3.2 Outras receitas/despesas	0,2	0,1	+ 100,0	0,7	1,5	- 53,3
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>72,4</b>	<b>83,0</b>	<b>- 12,8</b>	<b>255,7</b>	<b>282,4</b>	<b>- 9,5</b>
Custo de construção	12,9	5,6	+ 130,4	22,8	16,0	+ 42,5
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>85,3</b>	<b>88,6</b>	<b>- 3,7</b>	<b>278,5</b>	<b>298,4</b>	<b>- 6,7</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2016, a EDEVP registrou lucro líquido de R\$ 13,5 milhões, ante R\$ 31,6 milhões registrados no ano anterior. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 37,6 milhões em 2016, contra R\$ 60,5 milhões apurados em 2015. Esse desempenho decorre, fundamentalmente, da redução do consumo de energia elétrica no ano e conseqüentemente das receitas operacionais.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>(0,8)</b>	<b>17,6</b>	-	<b>13,5</b>	<b>31,6</b>	<b>- 57,3</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	0,6	(9,1)	-	(6,3)	(16,3)	- 61,3
(-) Resultado financeiro	(4,9)	0,2	-	(4,4)	(0,9)	+ 388,9
(-) Depreciação e amortização	(2,1)	(1,8)	+ 16,7	(9,1)	(7,5)	+ 21,3
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>5,6</b>	<b>28,3</b>	<b>- 80,2</b>	<b>33,3</b>	<b>56,3</b>	<b>- 40,9</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	0,9	1,2	- 25,0	4,3	4,2	+ 2,4
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>6,5</b>	<b>29,5</b>	<b>- 78,0</b>	<b>37,6</b>	<b>60,5</b>	<b>- 37,9</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	7,3	25,7	- 18,4 p.p	12,4	17,4	- 5,0 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2016, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de R\$ 12,8 milhões (R\$ 0,10703232506 por ação) em dividendos à conta do exercício, para pagamento em data a ser definida.

## 4. Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento tem permitido à EDEVP apresentar melhorias consistentes em seus índices operacionais.

### 4.1 Perdas de energia

Em 2016, as perdas de energia da EDEVP foram as seguintes:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
7,04	6,83	6,89	0,05	0,49	0,74	7,09	7,32	7,63	7,17

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos doze meses findos em dezembro de 2016

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) <sup>(1)</sup>
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
68,5	65,7	66,6	0,5	4,7	7,2	69,0	70,4	73,8	+ 4,8

<sup>(1)</sup> Variação dezembro/setembro de 2016

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da EDEVP. As perdas de energia elétrica da EDEVP situaram em 7,63% em 2016, contra 7,09% em 2015, aumento de 0,54 ponto percentual. Esse aumento das perdas de energia pode ser atribuído ao calendário de faturamento das unidades consumidoras associada à variação do mercado da distribuidora em 2016.

### 4.2 Gestão da Inadimplência

#### 4.2.1 Taxa de Inadimplência

A EDEVP passou a utilizar nova métrica para análise da inadimplência, ou seja, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2016, essa relação foi de -0,05%, contra 0,08% em 2015.

A EDEVP vem intensificando as ações de cobrança junto aos clientes residenciais, utilizando de mecanismos ágeis e desburocratizados de negociação de débitos por meio de pontos de atendimento e call center, ações de corte e cobrança dos débitos com ferramentas eficazes de comunicação e abordagem com o cliente. Ações de manutenção estão em andamento para 2017.

#### 4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2016, essa taxa ficou em 99,21%, contra 99,07% em 2015.

#### 4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A EDEVP realizou em 2016 indicadores de DEC e FEC abaixo do realizado em 2015. Com diversas ações de manutenção, além da construção de redes mais robustas e instalação de equipamentos automatizados na rede refletiram em ganhos perceptíveis nos indicadores de continuidade da Companhia. Essas ações continuarão a ser implementadas, de modo a estar com um sistema bem mais resiliente, para assegurar o atingimento das metas estabelecidas e maior confiabilidade.

O indicador DEC apresentou queda de 5,8%, passando de 7,05 horas, em 2015, para 6,64 horas, e o FEC mostrou melhoria de 10,9%, passando de 5,16 vezes, em 2015, para 4,60 vezes, ambos abaixo dos limites estabelecidos pela Aneel.

### 4.3 Mercado de energia

Em 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da EDEVP, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 892,5 GWh, redução de 1,3% em relação a 2015.

A composição do consumo de energia elétrica no 4T16 e em 2016 pode ser assim demonstrada:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
✓ Residencial	80,0	78,9	+ 1,4	317,1	310,8	+ 2,0
✓ Industrial	48,5	47,3	+ 2,5	192,9	206,5	- 6,6
• Cativo	23,9	33,6	- 28,9	113,2	152,3	- 25,7
• Livre	24,6	13,7	+ 79,6	79,7	54,2	+ 47,0
✓ Comercial	39,9	41,4	- 3,6	159,3	163,8	- 2,7
• Cativo	37,3	41,1	- 9,2	153,7	162,7	- 5,5
• Livre	2,6	0,3	+ 766,7	5,6	1,1	+ 409,1
✓ Rural	27,3	25,4	+ 7,5	105,4	103,9	+ 1,4
✓ Outras Classes	29,6	30,1	- 1,7	117,8	118,9	- 0,9
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>198,1</b>	<b>209,1</b>	<b>- 5,3</b>	<b>807,2</b>	<b>848,6</b>	<b>- 4,9</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	27,3	13,9	+ 96,4	85,3	55,3	+ 54,2
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>225,4</b>	<b>223,0</b>	<b>+ 1,1</b>	<b>892,5</b>	<b>903,9</b>	<b>- 1,3</b>
4 Fornecimento não faturado	5,0	6,3	- 20,6	(0,2)	(0,6)	- 66,7
<b>5 Mercado cativo + TUSD + não faturado (3+4)</b>	<b>230,4</b>	<b>229,3</b>	<b>+ 0,5</b>	<b>892,3</b>	<b>903,3</b>	<b>- 1,2</b>

Em 2016, a EDEVP encerrou o exercício com 181.060 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,6% superior à registrada no mesmo período de 2015. Já o número de consumidores livres totalizaram 19 no fim de dezembro de 2016.

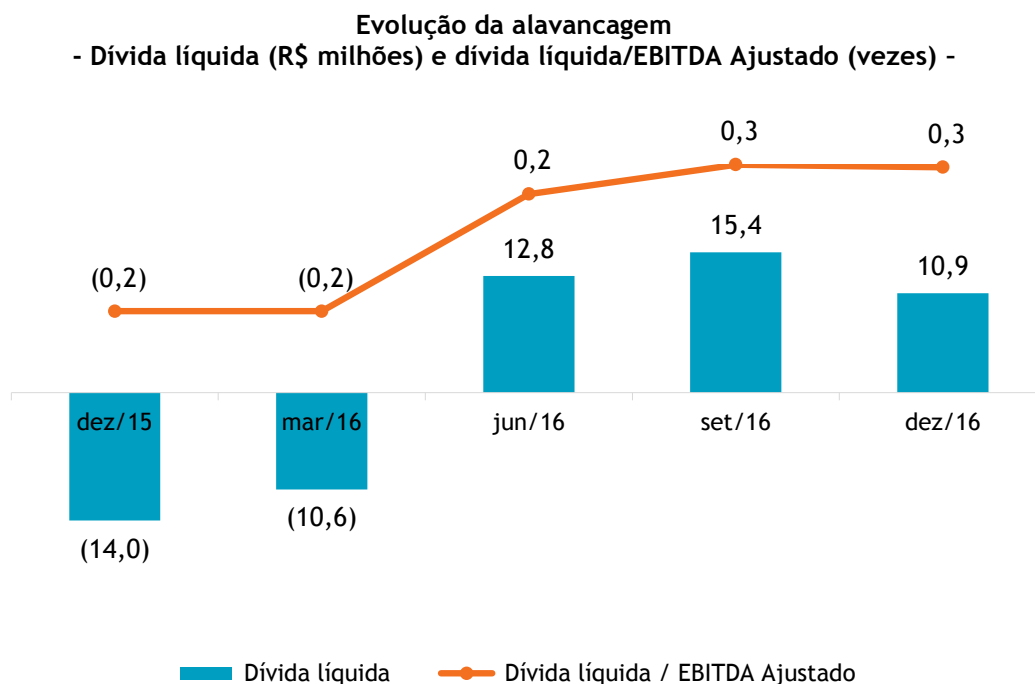


## 5. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da EDEVP totalizou R\$ 9,5 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da EDEVP, que incluem empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, deduzida dos créditos setoriais, passou de R\$ 14,0 milhões negativos em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2016.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da EDEVP entre 31 de dezembro de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
<b>Curto Prazo</b>	<b>5,3</b>	<b>25,3</b>	<b>25,3</b>
Empréstimos e financiamentos	2,1	20,8	25,1
Encargos de dívidas	0,1	0,3	0,5
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	3,1	2,8	3,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	1,4	(3,5)
<b>Longo Prazo</b>	<b>28,8</b>	<b>28,9</b>	<b>31,6</b>
Empréstimos e financiamentos	11,3	11,4	12,4
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	17,5	17,5	19,2
<b>Total das dívidas</b>	<b>34,1</b>	<b>54,2</b>	<b>56,9</b>
(-) Disponibilidades financeiras	24,6	34,1	38,0
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>9,5</b>	<b>20,1</b>	<b>18,9</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	4,8	3,7	1,4
(-) Créditos CVA	(6,2)	1,0	31,5
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>10,9</b>	<b>15,4</b>	<b>(14,0)</b>
<b>Indicador relativo</b>			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses	0,3	0,3	(0,2)



## 6. Gestão de pessoas

---

O Valor Pessoas está muito presente na EDEVP, que valoriza seu capital humano, com processos bem estruturados que favorecem e contribuem para o crescimento e o desenvolvimento de cada um de seus colaboradores. As oportunidades para crescimento na empresa incluem avaliação de desempenho, programa individual de desenvolvimento - PID e uma série de treinamentos ao alcance de todos.

Em 2016, a empresa realizou 15.966 homens/hora de treinamento para seus empregados. Todos esses programas e ações servem de base para tomada de decisão tanto para promover e avaliar desempenho, quanto para realizar mudanças, movimentações funcionais e planejar investimentos, conciliando as necessidades da empresa e as aspirações pessoais de progressão na carreira. A EDEVP orienta e oferece as ferramentas de apoio e suporte e espera que seus colaboradores, motivados por suas aspirações, usem bem esses recursos para crescer. A empresa encerrou 2016 com 267 colaboradores próprios e 54 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas a obras de investimentos.

Foram mantidos em 2016 os investimentos voltados ao fortalecimento das lideranças, com ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da “Academia de Líderes”, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação das atividades.

## 7. Responsabilidade socioambiental

---

Em 2016, a EDEVP investiu na ampliação do alcance a informação que instrui e transforma, buscando tornar os consumidores mais conscientes e preparados para utilizar a energia de maneira responsável. Por meio de campanhas educativas e ações sociais e culturais, a Companhia buscou sensibilizar a população sobre a necessidade de mudar hábitos de consumo de energia elétrica, visando à redução do consumo e o não desperdício. Destaque para a ação desenvolvida por meio do Programa de Eficiência Energética (PEE) da empresa, com os projetos “Nossa Energia”, “Conta Cidadã” e “Energia Solidária”.

Na unidade móvel do projeto “Nossa Energia”, foram realizadas 110 palestras em 16 cidades. No total, quase 2.400 pessoas entre, professores e alunos, conheceram através de palestras, experiências e vídeos, um pouco do universo da energia elétrica e receberam dicas de consumo consciente e seguro da energia elétrica. Nessas ações, foram sorteadas 576 geladeiras e 9.136 lâmpadas foram trocadas. Já o projeto “Conta Cidadã” refere-se a oportunidade de troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2016, foram coletadas mais de 113,9 toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais. Além disso, proporcionou mais de R\$ 26,2 mil de desconto na conta de energia elétrica de clientes. Outra iniciativa importante realizada da EDEVP foi o projeto “Energia Solidária”, que deu oportunidade ao cliente de trocar um eletrodoméstico antigo por um novo, com o selo Procel de eficiência energética mediante um percentual de desconto. Em contrapartida, o cliente concordava em entregar um equipamento antigo, equivalente ao novo, para a reciclagem e fazer uma contribuição a um fundo destinado a entidades beneficentes. Em 2016, 181 clientes residenciais compraram eletrodomésticos com desconto e doaram mais de R\$ 13,4 mil para as entidades beneficentes.

Para orientar a população sobre a prevenção de acidentes elétricos, a Companhia também desenvolveu uma ampla campanha publicitária da Abradee, com a mensagem, “Para Energisa, melhorar sua vida é o x da questão”, sensibilizando a população para a importância da atenção na realização de qualquer trabalho, principalmente quando envolve a eletricidade. Palestras ministradas sobre economia de energia, segurança com eletricidade, direitos e deveres do consumidor, tarifas de energia, normas técnicas e outros temas objetivaram beneficiar a população. Outras ações, como os vídeos informativos divulgados por meio de mídia indoor, televisores localizados em estabelecimentos comerciais e agência de atendimento ao cliente da empresa, estenderam ainda mais o alcance a informação sobre serviços, direitos e deveres, economia e segurança.

A EDEVP também contribuiu com o desenvolvimento regional, apoiando a FICAR - Feira Industrial Comercial e de Agronegócios de Assis e Região. E também patrocinou alguns projetos sociais e culturais como:

- **Apae Esporte e Amor e Apaixonados pelo Esporte:** o Apae Esporte e Amor, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Tupã, e o Apaixonados pelo Esporte, da Apae de Assis, oferecem aos alunos atividades esportivas, como vôlei, futebol e tênis de mesa, proporcionando maior integração e desenvolvimento cognitivo e social. Atualmente 180 jovens participam das atividades nas duas instituições.
- **1º Festival Viva São Gonçalo de Viola Caipira:** durante o mês de outubro de 2016, o gênero musical genuinamente brasileiro foi homenageado através do *1º Festival Viva São Gonçalo de Viola Caipira*. O

projeto cultural patrocinado pela Companhia aconteceu nas cidades de Presidente Prudente, Assis e Catanduva e contou com 130 músicas inscritas, 40 participantes e shows de grandes nomes da música de viola, como o cantor e compositor Sérgio Reis.

#### Iniciativas relativas à ética

- **Ética e integridade** - o Código de Ética e Conduta da empresa, que bem expressa um compromisso com o futuro, é um guia para os colaboradores da empresa no relacionamento com os diversos públicos, tendo como guardião maior um Comitê de Ética composto por colaboradores das diversas áreas de trabalho e regiões de atuação do Grupo Energisa, permitindo o acesso livre e direto a todo o quadro funcional das empresas, bem como a parceiros.

## 8. Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a EDEVP em 2016 foi de R\$ 289,0 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	5	15.232	37.482
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	9.334	527
Consumidores e concessionárias	6	47.838	57.633
Títulos de créditos a receber	7	861	541
Estoques		776	552
Tributos a recuperar	8	10.666	6.460
Ativos financeiros setoriais	11	27.479	41.852
Serviços em curso		5.688	5.256
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	3.485
Outros créditos	10	6.866	3.644
<b>Total do circulante</b>		<b>124.740</b>	<b>157.432</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Consumidores e concessionárias	6	14.545	14.527
Créditos com partes relacionadas	12	1	60
Tributos a recuperar	8	3.853	3.678
Créditos tributários	13	21.233	3.423
Cauções e depósitos vinculados	20	12.874	12.168
Contas a receber da concessão	14	5.203	4.991
Ativos financeiros setoriais	11	3.234	15.822
Outros créditos	10	8.912	7.900
		<b>69.855</b>	<b>62.569</b>
<b>Intangível</b>	15	<b>118.823</b>	<b>107.627</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>188.678</b>	<b>170.196</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>313.418</b>	<b>327.628</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 BALANÇO PATRIMONIAL  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	27.296	30.819
Encargos de dívidas	17	52	532
Empréstimos e financiamentos	17	2.165	25.073
Tributos e contribuições sociais	18	16.993	16.949
Dividendos		3.208	5.917
Obrigações estimadas		2.180	1.945
Taxa de iluminação pública arrecadada		1.361	1.328
Encargos setoriais	19	14.835	14.597
Passivos financeiros setoriais	11	26.347	18.816
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	132	112
Outras contas a pagar		8.165	8.814
<b>Total do circulante</b>		<b>102.734</b>	<b>124.902</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	17	11.304	12.387
Tributos e contribuições sociais	18	33.309	28.165
Passivos financeiros setoriais	11	10.535	7.406
Encargos setoriais	19	8.413	9.821
Débitos com partes relacionadas	12	-	11
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	20	4.793	3.094
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	706	473
Outras contas a pagar		2.481	2.481
<b>Total do não circulante</b>		<b>71.541</b>	<b>63.838</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	21.1	119.905	119.905
Reservas de lucro	21.2	1.921	1.246
Dividendos adicionais propostos	21.3	9.625	17.750
Outros resultados abrangentes	21.4	(308)	(13)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	12	8.000	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>139.143</b>	<b>138.888</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>313.418</b>	<b>327.628</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 3. Demonstrações de Resultados

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
Receita operacional líquida	22	302.676	347.212
Custo do serviço prestados a terceiros	23	(257.658)	(282.996)
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.018</b>	<b>64.216</b>
Despesas gerais e administrativas	23	(20.164)	(13.925)
Outras receitas	24	13	161
Outras despesas	24	(743)	(1.705)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<b>24.124</b>	<b>48.747</b>
Receitas financeiras	25	15.609	17.924
Despesas financeiras	25	(19.973)	(18.840)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(4.364)</b>	<b>(916)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>19.760</b>	<b>47.831</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(21.716)	(4.747)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	15.465	(11.534)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	26	<b>13.509</b>	<b>31.550</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído ação ordinária - R\$</b>		<b>0,113</b>	<b>0,263</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### 4. Demonstração do Resultado Abrangente

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.509</b>	<b>31.550</b>
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	21.4	(295)	63
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>		<b>13.214</b>	<b>31.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		13.509	31.550
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	6.251	16.281
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(5.283)	4.333
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	(155)	(7.517)
Amortização	23	9.086	7.468
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	(209)	391
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	23	1.394	(1.242)
Marcação a mercado de dívidas	25	(129)	130
Marcação a mercado de derivativos	25	(260)	260
Instrumentos financeiros derivativos	25	7.118	(5.021)
Perda na alienação de bens do intangível	24	737	1.686
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		9.986	(13.947)
(Aumento) de títulos de créditos a receber		(320)	(278)
(Aumento) diminuição de estoques		(224)	108
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(4.381)	699
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(706)	(1.709)
Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	11	51.188	(23.507)
(Aumento) diminuição de outros créditos		(5.404)	7.774
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(4.065)	3.594
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		4.408	4.590
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.798)	(3.314)
Aumento de obrigações Estimadas		235	42
(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	11	(13.207)	4.720
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(1.828)	5.099
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>46.943</b>	<b>32.190</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(3.504)	31.158
Aplicações no intangível	15 e 33	(21.289)	(19.238)
Alienação de bens do intangível	14 e 15	1.012	2.359
Partes relacionadas		48	(60)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos</b>		<b>(23.733)</b>	<b>14.219</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos	17	20.480	62.408
Pagamentos de empréstimos - principal	17	(40.352)	(32.619)
Pagamentos de empréstimos - juros	17	(2.052)	(518)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(3.373)	1.276
Parcelamento de impostos	18.2	(4.495)	(4.495)
Pagamento de parcelamento de encargos intrassetoriais		-	(35.037)
Pagamentos de dividendos	21.3	(23.668)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.000	-
Partes relacionadas		-	(8.370)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(45.460)</b>	<b>(17.355)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(22.250)</b>	<b>29.054</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		37.482	8.428
Caixa mais equivalentes de caixa finais		15.232	37.482
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(22.250)</b>	<b>29.054</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015 (reapresentado)
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>		<b>488.388</b>	<b>557.516</b>
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	22	465.122	541.600
Outras receitas	24	13	161
Receitas relativas a construção de ativos próprios	22 e 23	23.045	16.146
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23	208	(391)
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo da energia elétrica vendida		(217.531)	(231.402)
Materiais e serviços de terceiros		(19.661)	(18.941)
Outros custos operacionais		(29.594)	(17.958)
		<b>(266.786)</b>	<b>(268.301)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>221.602</b>	<b>289.215</b>
Amortização		(9.566)	(7.883)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>212.036</b>	<b>281.332</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	25	15.886	18.417
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>227.922</b>	<b>299.749</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>		<b>20.223</b>	<b>17.919</b>
Remuneração direta		13.211	13.861
Benefícios		5.365	2.491
FGTS		1.647	1.567
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>173.348</b>	<b>230.501</b>
Federais		31.471	66.587
Estaduais		79.792	83.493
Municipais		71	66
Obrigações Intrasetoriais		62.014	80.355
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>20.842</b>	<b>19.779</b>
Juros e outras despesas financeiras		20.132	19.035
Aluguéis		710	744
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>13.509</b>	<b>31.550</b>
Absorção de prejuízos		-	6.637
Reserva legal	21.2	675	1.246
Dividendos	21.3	3.209	5.917
Dividendos adicionais propostos	21.3	9.625	17.750
		<b>227.922</b>	<b>299.749</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Recursos destinados a futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal						
<b>Saldos em 01 dezembro de 2015</b>	<b>119.905</b>	-	-	-	<b>(6.637)</b>	<b>(76)</b>	-	<b>113.192</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.550	-	-	31.550
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21.2	-	1.246	-	(1.246)	-	-	-
Dividendos	21.3	-	-	-	(5.917)	-	-	(5.917)
Dividendos adicionais propostos	21.3	-	-	17.750	(17.750)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	63	-	63
<b>Saldos em 31 dezembro de 2015</b>	<b>119.905</b>	<b>1.246</b>	<b>17.750</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	<b>138.888</b>
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(17.750)	-	-	-	(17.750)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	8.000	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.509	-	-	13.509
Proposta de destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	21.2	-	675	-	(675)	-	-	-
Dividendos	21.3	-	-	-	(3.209)	-	-	(3.209)
Dividendos adicionais propostos	21.3	-	-	9.625	(9.625)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	-	-	-	-	-	(295)	-	(295)
<b>Saldos em 31 dezembro de 2016</b>	<b>119.905</b>	<b>1.921</b>	<b>9.625</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(308)</b>	<b>8.000</b>	<b>139.143</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 8. Balanço Social

EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA VALE PARANAPANEMA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2016						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2016			2015		
Receita líquida (RL)	302.676			347.212		
Resultado operacional (RO)	19.760			47.831		
Folha de pagamento bruta (FPB)	22.702			20.548		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.903	12,79%	0,96%	2.728	13,28%	0,79%
Encargos sociais compulsórios	4.526	19,94%	1,50%	3.740	18,20%	1,08%
Previdência privada	709	3,12%	0,23%	416	2,02%	0,12%
Saúde	1.678	7,39%	0,55%	1.545	7,52%	0,44%
Segurança e saúde no trabalho	303	1,33%	0,10%	193	0,94%	0,06%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	46	0,20%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	45	0,20%	0,01%	22	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.205	5,31%	0,40%	2.407	11,71%	0,69%
Outros	33	0,15%	0,01%	113	0,55%	0,03%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>11.448</b>	<b>50,43%</b>	<b>3,78%</b>	<b>11.164</b>	<b>54,33%</b>	<b>3,22%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	69	0,14%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	78	0,16%	0,02%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>147</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,04%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	129.150	653,59%	42,67%	102.892	215,12%	29,63%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>129.150</b>	<b>653,59%</b>	<b>42,67%</b>	<b>103.039</b>	<b>215,42%</b>	<b>29,68%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% cumprimento de 0 a 50% ( ) cumprimento de 76 a 100%		( )	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% cumprimento de 0 a 50% ( ) cumprimento de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016			2015		
Nº de empregados(as) ao final do período	267			281		
Nº de admissões durante o período	39			30		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	54			51		
Nº de estagiários(as)	10			14		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	69			62		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	47			61		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	9,09%			16,70%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	22			40		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	8			7		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,85			-		
Número total de acidentes de trabalho	16			7		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 414	no Procon 37	na Justiça 11	na empresa 393	no Procon 35	na Justiça 106
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 45%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2016: 227.922			Em 2015: 300.164		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76% governo 9% colaboradores(as) 1% acionistas 9% terceiros 5% retido			77% governo 6% colaboradores(as) 2% acionistas 7% terceiros 8% retido		
7 - Outras Informações	2016			2015		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	50.827			24.658		
<b>Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)</b>	<b>50.827</b>			<b>24.658</b>		
7.2 - Programa de eficiência Energética	1.210			1.631		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	559			652		
<b>Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)</b>	<b>52.596</b>			<b>26.941</b>		

## Notas Explicativas

### **Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### **1. Contexto operacional**

A Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (“Companhia” ou “EDEVP”) é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, controlada pela Rede Energia S.A. (“Rede”), que por sua vez é integrante do Grupo Energisa, atua 27 municípios da região Alta Sorocabana do Estado de São Paulo, com uma área de 11.780km<sup>2</sup>, atendendo a 181.076 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes), a Companhia possui sede na cidade de São Paulo - SP.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações de posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 11, 14, 15, 23 e 31 respectivamente.

**Renovação de concessões:**

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O

aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu seus indicadores.

#### Histórico da aquisição de controle acionário realizado pela Energisa S/A:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas da Rede Energia: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“Caiuá”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. (“EDEV”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Rede Energia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.
- 26 de novembro de 2012: A controladora Rede Energia S/A publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações, favorável à proposta apresentada pela Energisa S/A.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa S/A.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede Energia S/A para a Energisa S/A.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede Energia S/A à Energisa S/A. Com o fim de intervenção, a controladora Rede Energia S/A retomou o controle acionário das concessionárias.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores

Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

## 2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.3. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias;
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 13 - Créditos tributários;
- Nota nº 20 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 23 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- Nota nº 29 - Benefícios a empregados.

## 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### 3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
  - Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
  - IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela Companhia.

### 3.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 28.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 28 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data;

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais**- referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia está atualizado, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11;

- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia originalmente registrou desde o exercício de 2013 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisou sua prática contábil passando a classificar a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de outras receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática, esta suportada basicamente no (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, a Companhia efetuou novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados de acordo com o novo prazo deferido pelo poder concedente.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- h. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- i. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso, com base na taxa média efetiva de captação;
- j. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia o intangível com vida útil definida quando há indicadores de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente



significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- k. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- l. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 28.
- m. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- n. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- o. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- p. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- q. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos;

- r. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades benefício definido e contribuição definida é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou ainda, na redução das futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;
- s. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- t. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.3. Reclassificação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu às seguintes reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 29 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, conforme segue:

Demonstração do Resultado	Divulgado 2015	Ref.	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita operacional líquida	339.695	(a)	7.517	347.212
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	41.230		7.517	48.747
Receita financeira	25.441	(a)	(7.517)	17.924
Receitas (despesas) financeiras líquidas	6.601		(7.517)	(916)

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado 2015	Ref.	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	534.083	(a)	7.517	541.600
Receitas financeiras	25.934	(a)	(7.517)	18.417

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

- (a) A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita financeira - Atualização do

contas a receber da concessão VNR”, no resultado financeiro, reclassificado para o grupo de receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 é como segue:

- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital);
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
- (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação de R\$7.517 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para outros resultados operacionais - receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 27 municípios da região da Alta Sorocabana no Estado de São Paulo.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### 5.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição		
	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	916	928
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	14.316	36.554
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	12.003	9.672
Compromissada <sup>(1)</sup>	2.313	26.882
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup></b>	<b>15.232</b>	<b>37.482</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 2016 equivale a 100,86% do CDI (96,18% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas de 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

## 5.2. Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

	2016	2015
<b>1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>9.334</b>	<b>527</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	95	51
Fundo de Investimento <sup>(1)</sup>	3.549	-
Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(2)</sup>	5.690	476
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	579	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	26	-
Debêntures	508	-
Compromissadas	32	-
DPGE <sup>(3)</sup>	-	79
Títulos públicos	458	397
Fundo de Crédito	97	-
Fundo de Renda Fixa	669	-
Letra Financeira (LFT)	204	-
Letra Financeira (LF)	3.108	-
Nota Promissória	8	-
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(4)</sup></b>	<b>9.334</b>	<b>527</b>
Circulante	9.334	527

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 2016 equivale a 104,78% do CDI (96,18% do CDI em 2015).

- (1) Fundo de Investimento - É classificado como renda fixa e é remunerado a até 101,86% do CDI.
- (2) Fundo de Investimento Exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundo de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.
- (3) Depósito bancário com garantia especial- DPGE - com vencimento em 08/04/2016 e 18/04/2016.
- (4) Inclui R\$95 (R\$51 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

## 6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 28.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos (1)				Provisão p/créditos de liquidação duvidosas (3)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2016	2015
Valores correntes:									
Residencial	7.928	-	4.259	90	169	806	(1.066)	12.186	13.485
Industrial	4.832	-	339	4	26	1.204	(1.203)	5.202	7.665
Comercial	5.326	-	962	75	97	757	(855)	6.362	7.245
Rural	2.323	-	382	9	16	69	(69)	2.730	2.962
Poder público:	1.258	-	93	-	-	52	(53)	1.350	1.515
Iluminação pública	801	-	250	14	-	903	(903)	1.065	788
Serviço público	1.420	-	-	-	-	8	(8)	1.420	1.335
Serviço taxado	38	-	66	5	6	31	(31)	115	101
Fornecimento não faturado	12.901	-	-	-	-	-	-	12.901	14.329
Arrecadação Processo	351	-	-	-	-	-	-	351	1.165
Valores renegociados:									
Residencial	62	42	32	15	26	114	(187)	104	101
Industrial	1	1	1	-	1	542	(544)	2	3
Comercial	33	61	9	3	5	65	(81)	95	138
Rural	8	3	3	-	-	6	(10)	10	35
Poder público:	-	-	-	-	-	1	(1)	-	804
Iluminação pública	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Serviço público	-	-	-	-	-	427	(427)	-	-
Serviço taxado	3	2	1	-	1	4	(4)	7	7
(-) Ajuste valor Presente (4)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>37.285</b>	<b>109</b>	<b>6.397</b>	<b>215</b>	<b>347</b>	<b>4.989</b>	<b>(5.442)</b>	<b>43.900</b>	<b>51.690</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	-	761	-	-	-	14.511	-	15.272	17.083
Encargos de Uso da Rede Elétrica	126	-	-	-	-	-	-	126	126
Outros	604	-	186	10	16	2.447	(178)	3.085	3.261
<b>Total</b>	<b>38.015</b>	<b>870</b>	<b>6.583</b>	<b>225</b>	<b>363</b>	<b>21.947</b>	<b>(5.620)</b>	<b>62.383</b>	<b>72.160</b>
Circulante	23.488	870	6.583	225	363	21.929	(5.620)	47.838	57.633
Não Circulante	14.527	-	-	-	-	18	-	14.545	14.527

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimentos energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2016, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$15.272 (R\$17.083 em 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$421 (R\$3.832 em 2015), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$313 (R\$8.032 em 2015), demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Saldos a vencer	-	2.572
créditos vencidos	761	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	14.511	14.511
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>15.272</b>	<b>17.083</b>
(-) Aquisição de energia CCEE	(421)	(3.832)
(-) Encargos de serviços de sistema	(313)	(8.032)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>14.538</b>	<b>5.219</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência

a) Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho

nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de Estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente;

(3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Análise individual do saldo a receber de clientes com débitos relevantes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento e avaliando, inclusive, casos de créditos em cobrança judicial ou que possua títulos de precatórios atrelados aos seus pagamentos;
- Consumidores residenciais com faturas vencidas há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais com faturas vencidas há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros com faturas vencidas há mais 360 dias; e

Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios de 2016 e 2015:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	10.072	9.681
Provisões constituídas no exercício	858	594
Reversão de provisões no exercício	(1.067)	(203)
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>9.863</b>	<b>10.072</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	5.620	5.834
Títulos de créditos a receber	2.871	2.871
Outros - Cheques em cobrança/ Convênio de arrecadação/Banco BVA	1.372	1.367
	<b>9.863</b>	<b>10.072</b>

(4) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória nº 1.874 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

## 7. Títulos de créditos a receber

	2016	2015
Valor de aquisição de créditos fiscais (a)	5.944	5.944
(-) Provisão na aquisição de créditos fiscais (a)	(3.073)	(3.073)
(-) Perda no valor recuperável (a)	(2.871)	(2.871)
Outros títulos a receber (b)	1.152	541
(-) Perda no valor recuperável (c)	(291)	-
<b>Total - circulante</b>	<b>861</b>	<b>541</b>

(a) A Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A Companhia ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal

Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no montante de R\$2.871 (R\$2.871 em 2015).

(b) Inclui convênio de arrecadação, uso e mútuo de postes e outros.

(c) Refere-se a perda no valor recuperável de uso e mútuo de postes.

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

Títulos vencidos (*)	2016
Vencidos	3.875
2017	148
<b>Total</b>	<b>4.023</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## 8. Tributos a recuperar

Instituição financeira	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	5.773	5.458
Imposto de Renda (b)	1.157	143
Contribuição Social (b)	106	-
Contribuição do PIS e COFINS (c)	5.078	2.344
Recolhimento a maior 11.941/2009 (d)	2.017	2.017
Outros	388	176
<b>Total</b>	<b>14.519</b>	<b>10.138</b>
Circulante	10.666	6.460
Não Circulante	3.853	3.678

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (c) Corresponde ao pagamento a maior de PIS/COFINS efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia e inclui 24 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo.
- (d) Valores relativos a parcelamentos da Lei 11.941 debitados indevidamente pela SRF na conta bancárias da companhia, após a sua liquidação com os benefícios das leis 12.996 e 13.043/2014. Estes serão objeto de pedido de restituição após a consolidação a ser realizada pela Receita Federal.

## 9. Reajuste tarifário, revisão tarifária extraordinária e revisão tarifária periódica

### 9.1. Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.



## 9.2. Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 29,4%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

## 9.3. Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobre de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

## 9.4. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em maio de 2020. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.072 de 03 de maio de 2016, aprovou o resultado da quarta revisão tarifária da Companhia em vigor desde 10 de maio de 2016, que representou um efeito tarifário médio para o consumidor de 1,69%.

#### 9.5. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos à Companhia, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a Companhia envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a Companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a Companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADÉE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidora de energia elétrica.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da Companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL..

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R\$2.498 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

## 10. Outros créditos

	2016	2015
Adiantamentos a empregados	25	22
Adiantamentos a fornecedores	29	319
Dispêndios a reembolsar	10	290
Ordens de alienações e desativações em curso (a)	61	339
Alienação de Bens e Direitos	1255	869
Banco BVA ( b)	1.134	1.134
(-) PCLD Banco BVA ( b)	(1.134)	(1.134)
Cessão de Crédito - Centrais Elétrica do Pará - Celpa (c)	15.129	14.258
(-) Cessão de Crédito - Centrais Elétrica do Pará - Celpa (c)	(6.436)	(6.466)
Subvenção CDE - desconto tarifário (e)	3.917	672
Despesas pagas antecipadamente	760	720
Baixa Renda (d)	852	725
Outros créditos a receber	414	29
Provisão para créditos de Liquidação Duvidosa	(238)	(233)
<b>Total</b>	<b>15.778</b>	<b>11.544</b>
Circulante	6.866	3.644
Não Circulante	8.912	7.900

- (a) Refere-se às ordens de desativações em curso relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível.
- (b) Refere-se a aplicação financeira no Banco BVA que está sob Intervenção, decretada pelo Banco Central, desde 19/10/2012. A Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.
- (c) Refere-se a saldo de contrato de conta corrente entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em Recuperação Judicial, conforme Plano de Recuperação aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 01/09/2012. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019, após esse período o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. A Companhia procedeu, até dezembro de 2016, ao cálculo do AVP - Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 11,36% a.a.
- (d) Baixa Renda - Tarifa Social - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2016	2015
<b>Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014</b>	<b>725</b>	<b>1.123</b>
Subvenção Baixa Renda	5.185	4.013
Ressarcimento pela Eletrobrás	(5.058)	(4.411)
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>852</b>	<b>725</b>

- (e) Subvenção CDE - desconto tarifário - Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2016	2015
<b>Saldo inicial - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>672</b>	<b>12.200</b>
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	18.168	14.476
Ressarcimento pela Eletrobrás	(14.923)	(26.290)
Atualização monetária (*)	-	286
<b>Saldo final (circulante)</b>	<b>3.917</b>	<b>672</b>

(\*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

A Companhia desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, foram compensados R\$14.477 (R\$15.034 em 2015) referente a subvenção CDE e R\$4.637 (R\$1.362 em 2015) referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo corresponde à subvenção incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no primeiro trimestre de 2017.

## 11. Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional (*)		Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda Programa Incentivo Fontes	41.002	(9.244)	(33.024)	1.258	14.139	14.131	14.131	-	14.131	-
Alternativas de Energia - PROINFA	286	827	(800)	38	-	352	286	66	329	23
Transporte Rede Básica	3.004	1.830	(2.362)	93	-	2.565	512	2.053	1.831	734
Custo da Energia de Itaipu	308	191	(260)	19	-	258	127	131	211	47
Conta de Desenvolvimento Energético - I	8.904	140	(9.185)	848	3.203	3.910	3.910	-	3.910	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	155	-	(155)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	2.605	4.478	(3.472)	569	(326)	3.854	2.073	1.781	3.218	636
Sobrecontratação de energia (ii)	-	650	-	405	3.747	4.802	-	4.802	3.084	1.718
Garantias (v)	-	18	(38)	2	394	376	164	212	300	76
Outros itens financeiros (vii) (*)	1.410	(50)	(732)	7	(170)	465	465	-	465	-
<b>Total Ativo</b>	<b>57.674</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(50.028)</b>	<b>3.239</b>	<b>20.987</b>	<b>30.713</b>	<b>21.668</b>	<b>9.045</b>	<b>27.479</b>	<b>3.234</b>

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional (*)		financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	-	(6.655)	-	(327)	14.139	7.157	-	7.157	4.598	2.559
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	8.556	7.533	(8.606)	442	-	7.925	2.247	5.678	5.895	2.030
Conta de Desenvolvimento Energético - I	-	2.374	-	277	3.203	5.854	-	5.854	3.761	2.093
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (vi)	-	326	-	-	(326)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	16.678	(11.826)	(5.614)	253	3.747	3.238	3.238	-	3.238	-
Devoluções Tarifárias	-	2.475	-	224	203	2.902	-	2.902	-	2.902
Exposição de Submercado (ii)	-	2.715	(32)	291	(190)	2.784	124	2.660	1.833	951
Saldo a compensar CVA (vi)	-	-	(497)	-	2.631	2.134	2.134	-	2.134	-
Outros itens financeiros (vii) (*)	988	17.680	(13.080)	1.720	(2.420)	4.888	4.888	-	4.888	-
<b>Total Passivos</b>	<b>26.222</b>	<b>14.622</b>	<b>(27.829)</b>	<b>2.880</b>	<b>20.987</b>	<b>36.882</b>	<b>12.631</b>	<b>24.251</b>	<b>26.347</b>	<b>10.535</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>31.452</b>	<b>(15.782)</b>	<b>(22.199)</b>	<b>359</b>	<b>-</b>	<b>(6.169)</b>	<b>9.037</b>	<b>(15.206)</b>	<b>1.132</b>	<b>(7.301)</b>

(\*) O valor de R\$2.475 (R\$203 em 2015) refere-se a adição no exercício de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido como outros passivos financeiros setoriais conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o PRORET, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no PRORET (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo Reajuste Tarifário Periódico.

#### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

#### (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

(iv) **Neutralidade da Parcela A**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) **Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) **Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 12. Transações com partes relacionadas

---

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A, Caiuá Distribuição de Energia S/A (CAIUÁ), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral, QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER).

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%) que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). Desde de 11 de abril de 2014 a Denerge é controlada pela Energisa 99,97%. A Energisa S/A possui 29,49% e Denerge 9,82% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

### 12.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Dividendos	Serviços contratados (1) e (2)	Créditos com partes relacionadas	Débitos com partes relacionadas	Saldos a pagar (Fornecedores)	Recursos destinados a futuro aumento de capital (3)
Rede Energia S/A - em Recuperação Judicial	3.209	-	-	-	-	8.000
Caiuá Distribuição de Energia S/A	-	-	1	-	-	-
Energisa Soluções S/A (1)	-	1.274	-	-	213	-
Multi Energisa Serviços S/A (2)	-	1.097	-	-	76	-
<b>2016</b>	<b>3.209</b>	<b>2.371</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>289</b>	<b>8.000</b>
<b>2015</b>	<b>5.917</b>	<b>1.305</b>	<b>60</b>	<b>11</b>	<b>415</b>	<b>-</b>

(1) **Energisa Soluções S.A. - Serviços de Manutenção** - as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) **Multi Energisa S.A. - Serviços Administrativos** - referem-se a serviços de CALL CENTER e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(3) **Rede Energia S.A. - Recursos destinados a futuro aumento de capital** - serão capitalizados pela controladora a ser homologado em AGO/AGE em abril/2017.

### 12.2. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a remuneração da diretoria estatutária foi de R\$801 (R\$414 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$72 (R\$51 em 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, foram de R\$12 e R\$1 (R\$12 e R\$1 em 2015), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$6 (R\$5 em 2015).

Na AGE de 29 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$913 (R\$457 em 2015).

### 12.3. Compartilhamento de Infraestrutura

Atualmente as distribuidoras do Grupo Energisa compartilham algumas atividades, equipamentos e instalações de modo que as despesas são repassadas para as empresas por meio de contratos e aditamentos devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira quando necessário.

- Compartilhamento de escritório comercial em Brasília:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, ETO, EMT, EMS, EPB, EBO, ESE, EMG e ENF no qual os custos referentes ao escritório são apurados e suportados pela EDEVP e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 31/12/2017 com a anuência da ANEEL por meio do Despacho 4.917 de 22/12/2014. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2016, foram de R\$5 (R\$4 em 2015).

- Compartilhamento de serviços e infraestrutura de telefonia e comunicação:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, ETO, EMT e EMS, referentes a infraestrutura de telefonia e comunicação são suportados pela CAIUÁ e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 28/08/2017 e foi dispensada a anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 1.706/2007 e nº 994/2009. No exercício não foram apurados gastos relativos a este contrato (R\$6 em 2015).

- **Compartilhamento de link de dados:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO, referentes ao link de dados são suportados pela CAIUÁ e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 28/08/2017 e foi dispensada a anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 1.706/2007 e nº 994/2009. No exercício não foram apurados gastos relativos a este contrato (R\$310 em 2015).

- **Compartilhamento de instalações comerciais do Centro Integrado de Atendimento e Processos Comerciais em Presidente Prudente:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO, no qual os custos referentes aos processos de instalações comerciais são apurados e suportados pela CAIUÁ e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 15/04/2017 com a anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 1.543/2014. No exercício não foram apurados gastos relativos a este contrato.

- **Compartilhamento do atendimento 0800 a clientes grupo A:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO, no qual os custos referentes ao atendimento 0800 são apurados e suportados pela CAIUÁ e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 18/02/2017, e possui dispensa de anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 976/2008. No exercício não foram apurados gastos relativos a este contrato (R\$39 em 2015).

- **Compartilhamento de escritório comercial em São Paulo:**

Contrato firmado entre as empresas CAIUÁ, EDEVP, EEB, CNEE e CFLO, no qual os custos referentes ao escritório são apurados e suportados pela CAIUÁ e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 26 de abril de 2018, com a anuência da ANEEL por meio do Despacho 1.239 de 27 de abril de 2015. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2016, foram de R\$139 (R\$191 em 2015).

### **13. Créditos tributários, diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.



Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	15.703	11.449
Contribuição social	5.654	4.122
<b>Total</b>	<b>21.357</b>	<b>15.571</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Imposto de renda	91	8.932
Contribuição social	33	3.216
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>12.148</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>21.233</b>	<b>3.423</b>

	2016		2015	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo / Passivo</b>				
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	28.380	9.649	25.369	8.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	9.863	3.353	10.072	3.424
Ajuste a valor presente	6.436	2.188	6.466	2.199
Outras provisões (honorários com êxito e outras)	6.333	2.153	211	72
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	4.793	1.630	3.094	1.052
Ativos (passivos) financeiros setoriais	6.169	2.098	(31.452)	(10.694)
Provisão ajuste atuarial - Res Abrangente	838	285	585	199
Marcação a mercado - derivativos	-	-	(3.485)	(1.185)
Outras exclusões temporárias	(365)	(124)	(793)	(269)
<b>Total - Ativo não circulante</b>	<b>62.447</b>	<b>21.233</b>	<b>10.067</b>	<b>3.423</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Realização dos Créditos
2017	1.788
2018	1.327
2019	1.451
2020	1.065
2021	1.735
2022 a 2026	13.991
<b>Total</b>	<b>21.357</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2016	2015
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>19.760</b>	<b>47.831</b>
Alíquotas fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais	(6.718)	(16.263)
Exclusões (Adições) Permanentes	467	(18)
<b>Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(6.251)</b>	<b>(16.281)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>31,64%</b>	<b>34,04%</b>

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

#### 14. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.072, de 03 de maio de 2016, aprovou o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP, Nota Técnica nº 117/2016 - SGT/ANEEL, tendo a Companhia reconhecido R\$97 de Mais Valia dos ativos financeiros, resultado do laudo de avaliação, além de R\$58 (R\$7.517 em 2015) de atualização monetária do IPCA, registrados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2015	2015
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 2015 e 2014</b>	<b>4.991</b>	<b>88.716</b>
Adições no exercício	57	15.100
Baixas no exercício	-	(1.557)
Outras receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (*)	155	7.517
Transferência para intangível - Contrato de concessão(**)	-	(104.785)
<b>Ativo financeiro custo corrigido - não circulante - 2016 e 2015</b>	<b>5.203</b>	<b>4.991</b>

(\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(\*\*) A Companhia, concluiu em dezembro de 2015 o processo de renovação da concessão, tendo sido publicadas Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Termos Aditivos ao contrato de concessão.

Após as assinaturas do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

A Companhia de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada, em dezembro de 2015, reclassificou o montante de R\$104.785 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

## 15. Intangível

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo em 2015	Adição	Baixas (**)	Amortização	Transferências (*)	Saldo em 2016
<b>Custo:</b>						
<b>Intangível em serviço</b>						
Custo	329.153	-	(5.213)	-	41.911	365.851
Amortização Acumulada	(172.562)	-	4.201	(12.615)	(26.858)	(207.834)
<b>Subtotal</b>	<b>156.591</b>	<b>-</b>	<b>(1.012)</b>	<b>(12.615)</b>	<b>15.053</b>	<b>158.017</b>
Em Curso:	8.550	23.969	(60)	-	(15.053)	17.406
<b>Total</b>	<b>165.141</b>	<b>23.969</b>	<b>(1.072)</b>	<b>(12.615)</b>	<b>-</b>	<b>175.423</b>
<b>(-) Obrigações vinc. à concessão</b>						
Em Serviço	65.970	-	-	-	24.829	90.799
Amortização Acumulada	(11.377)	-	-	(3.049)	(22.796)	(37.222)
Em curso	2.921	2.138	(3)	-	(2.033)	3.023
<b>Total</b>	<b>57.514</b>	<b>2.138</b>	<b>(3)</b>	<b>(3.049)</b>	<b>-</b>	<b>56.600</b>
<b>Total Geral</b>	<b>107.627</b>	<b>21.831</b>	<b>(1.069)</b>	<b>(9.566)</b>	<b>-</b>	<b>118.823</b>

(\*) As transferências totalizaram no exercício R\$15.053. No imobilizado em curso está registrado como incorporação de redes os valores de R\$29.333 como custo e R\$26.858 como depreciação e nas obrigações especiais, R\$26.280 como custo e R\$22.796 como amortização acumulada.

(\*\*) Baixas - das baixas no montante de R\$1.069, R\$57 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.012 referem-se à baixas realizadas no exercício, contabilizadas em outras despesas operacionais.

	Saldo em 2014	Adição (*)	Adição - ativo contas a receber da concessão(*)	Baixas (**)	Amortização	Transferências	Saldo em 2015
<b>Custo:</b>							
<b>Intangível em serviço</b>							
Custo	171.705	-	152.800	(4.755)	-	9.403	329.153
Amortização Acumulada	(166.215)	(490)	-	3.953	(9.810)	-	(172.562)
<b>Subtotal</b>	<b>5.490</b>	<b>(490)</b>	<b>152.800</b>	<b>(802)</b>	<b>(9.810)</b>	<b>9.403</b>	<b>156.591</b>
Em Curso:	12.206	24.658	-	(18.911)	-	(9.403)	8.550
<b>Total</b>	<b>17.696</b>	<b>24.168</b>	<b>152.800</b>	<b>(19.713)</b>	<b>(9.810)</b>	<b>-</b>	<b>165.141</b>
<b>(-) Obrigações vinc. à concessão</b>							
Em Serviço	9.799	3	48.015	-	-	8.153	65.970
Amortização Acumulada	(9.057)	(394)	-	-	(1.926)	-	(11.377)
Em curso	7.987	6.898	-	(3.811)	-	(8.153)	2.921
<b>Total</b>	<b>8.729</b>	<b>6.507</b>	<b>48.015</b>	<b>(3.811)</b>	<b>(1.926)</b>	<b>-</b>	<b>57.514</b>
<b>Total Geral</b>	<b>8.967</b>	<b>17.661</b>	<b>104.785</b>	<b>(15.902)</b>	<b>(7.884)</b>	<b>-</b>	<b>107.627</b>

(\*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$152.800 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$48.015, em face da renovação do contrato de concessão

(\*\*) As baixas efetuadas no exercício inclui, R\$3 (R\$3.811 em 2015) de obrigações especiais realizadas para o contas a receber da concessão, R\$1.072 (R\$19.713 em 2015) de intangíveis, resultando em R\$1.069 (R\$15.902 em 2015), transferido para o contas a receber da concessão, além de R\$1.012 (R\$802 em 2015) de baixas operacionais contabilizadas em outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela resolução 691/2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,39% (3,89% em 2015).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em maio de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, início da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão	2016	2015
Contribuição do consumidor (1)	86.603	61.692
Participação da União - recurso CDE (2)	6	6
Participação do Governo do Estado (2)	425	401
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.792	6.792
(-) Amortização acumulada	(37.223)	(11.377)
<b>Total</b>	<b>56.603</b>	<b>57.514</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	3	-
Intangível em serviço	53.577	54.593
Intangível em curso	3.023	2.921
<b>Total</b>	<b>56.603</b>	<b>57.514</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, em abril de 2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

## 16. Fornecedores

	2016	2015
Suprimento (1)		
CCEARs	20.365	13.768
CCEE	421	3.832
Encargos de uso da rede elétrica (1)	1.678	1.441
Encargo de serviços do sistema (1)	313	8.032
Materiais, serviços e outros (2)	4.519	3.746
<b>Total - Circulante</b>	<b>27.296</b>	<b>30.819</b>

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica.

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	13.469	12.459
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	-	24.871
Encargos de dívidas - moeda nacional	52	7
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	525
Marcação a mercado de dívidas	-	130
<b>Total</b>	<b>13.521</b>	<b>37.992</b>
Circulante	2.217	25.605
Não Circulante	11.304	12.387

A composição de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (4)	Garantia s
	2016	2015					
Luz para Todos - Eletrobrás	-	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	6,00%	F
Repasse BNDES I - Itaú <sup>(1)</sup>	8.453	4.436	TJLP +3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Itaú <sup>(1)</sup>	5.068	7.821	SELIC +4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>13.521</b>	<b>12.466</b>					
Resolução 4131- ABC <sup>(2)</sup>	-	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-13,26%	A
Marcação à Mercado de Dívida <sup>(3)</sup>	-	130	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>-</b>	<b>25.526</b>					
<b>Total</b>	<b>13.521</b>	<b>37.992</b>					

A = Aval Energisa S.A., F=Receíveis.

(1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$17.049, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora final Energisa S/A de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$12.726, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S/A. Além disso, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 28).
- (3) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 28).
- (4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
CDI	14,00%	13,24%
SELIC	14,02%	13,32%

Em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

Vencimento	2016
2018	2.886
2019	2.886
2020	2.886
2021	2.646
<b>Total</b>	<b>11.304</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
<b>Saldos iniciais - 2015 e 2014</b>	<b>37.992</b>	<b>478</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	20.480	62.408
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(2.418)	8.101
Marcação Mercado Dívida	(129)	130
Pagamento de principal	(40.352)	(32.607)
Pagamento de juros	(2.052)	(518)
<b>Saldos finais - 2016 e 2015</b>	<b>13.521</b>	<b>37.992</b>
Circulante	2.217	25.605
Não circulante	11.304	12.387

## 18. Tributos e Contribuições Sociais

### 18.1. Tributos e contribuições sociais correntes

	2016	2015
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	18.011	17.645
Encargos sociais	622	516
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.355	663
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.043	337
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.381	4.111
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	77	70
Outros	81	37
<b>Total</b>	<b>30.570</b>	<b>23.379</b>
Circulante	14.053	13.892
Não Circulante	16.517	9.487

(1) Do montante de R\$18.011 (R\$17.645 em 2015), R\$10.915 (R\$9.200 em 2015) refere-se a discussões de ICMS incidente sobre o faturamento de baixa renda.

### 18.2. Parcelamento de impostos

	2016	2015
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	19.732	21.735
<b>Total</b>	<b>19.732</b>	<b>21.735</b>
Circulante	2.940	3.057
Não Circulante	16.792	18.678

A Companhia, possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa, débitos junto a Secretaria da Fazenda Estadual no montante de R\$19.732 (R\$21.735 em 2015), requerido em 2013 em 120 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Selic. No exercício foram efetuados pagamentos de R\$4.495 (R\$4.495 em 2015), tendo registrado R\$2.492 (R\$2.718 em 2015) de atualização monetária, contabilizado na rubrica de outras despesas financeiras e o número de parcelas a serem quitadas são 75.

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2016	2015
2016	-	3.057
2017	2.940	3.669
2018	3.747	3.365
2019	3.477	3.096
2020	3.239	2.857
Após 2020	6.329	5.691
<b>Total</b>	<b>19.732</b>	<b>21.735</b>
Circulante	2.940	3.057
Não Circulante	16.792	18.678

	2016	2015
<b>Total</b>	<b>50.302</b>	<b>45.114</b>
Circulante	16.993	16.949
Não Circulante	33.309	28.165

## 19. Encargos setoriais

	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.786	6.901
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	109	147
Ministério de Minas e Energia - MME	51	73
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.570	5.534
Programa de Eficiência Energética - PEE	11.732	11.763
<b>Total</b>	<b>23.248</b>	<b>24.418</b>
Circulante	14.835	14.597
Não circulante	8.413	9.821

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - 2016 e 2015	1.289	1.805	-	3.094	3.921
Provisão contingências	800	1.894	1	2.695	2.543
Reversões de provisões	(508)	(793)	-	(1.301)	(2.687)
Pagamentos efetuados	-	-	-	-	(1.098)
Atualização monetária	87	218	-	305	415
<b>Saldos finais - 2016 e 2015</b>	<b>1.668</b>	<b>3.124</b>	<b>1</b>	<b>4.793</b>	<b>3.094</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	94	1.230	-	1.324	2.199

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$12.874 (R\$12.168 em 2015) dos quais R\$11.550 (R\$9.969 em 2015) não possuem provisões para riscos, entretanto R\$10.200 (R\$9.200 em 2015) deste valor, refere-se a discussões de ICMS incidente sobre o faturamento de baixa renda que está registrado na rubrica Tributos e Contribuições sociais no passivo não circulante.



## Perdas prováveis

### • Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto (i) recebimento de horas extras, (ii) de adicional de periculosidade, (iii) horas de sobreaviso, (iv) indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

No exercício foram constituídas cerca de R\$800 de aumento de provisões, principalmente relacionadas ao incremento do risco, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos, entretanto a Companhia reverteu provisões de R\$508.

### • Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente: (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento / revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento / revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) incorporação / indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (viii) ações indenizatórias de danos materiais e morais, decorrentes de desligamentos, oscilação de tensão, acidentes, dentre outros; (ix) servidões administrativas, entre outros.

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$1.894, principalmente relacionadas ao incremento do risco, basicamente provenientes de ações de regresso, que são aquelas ações ajuizadas por seguradoras por possíveis danos elétricos provocados nos equipamentos dos segurados (162 ações, com provisão total de R\$852); ações de ressarcimento por danos elétricos - provenientes do indeferimento de requerimentos administrativos (27 ações, com provisão total de R\$ 110); e, ações de indenização pela negativação indevida (7 ações, com provisão total R\$33), entretanto a Companhia reverteu provisões de R\$793.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

## Perdas possíveis

A Companhia é parte passiva em processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$29.174 (R\$21.804 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão. O aumento refere-se às movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

O aumento entre o valor atual e o valor informado em 2015 refere-se, principalmente às movimentação relacionada à entrada da ação regulatória onde se discute questões relacionadas a Refis, tendo como valor pedido R\$ 5.119, associado à movimentação das rubricas de alterações, arquivamentos e atualização monetária da base de ativos.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

### • Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$2.324 (R\$2.305 em 2015), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

### • Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$9.517 (R\$4.322 em 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do

fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. O aumento ocorrido no exercício, refere-se principalmente a propositura de 1 novo processo, movido pela ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica, onde se discute REFIS.

O aumento entre o valor atual e o valor informado em 2015 refere-se, principalmente às movimentação relacionada à entrada da ação regulatória onde se discute questões relacionadas a Refis, tendo como valor pedido R\$ 5.119, associado à movimentação das rubricas de alterações, arquivamentos e atualização monetária da base de ativos.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$17.333 (R\$15.177 em 2015) referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS/COFINS incidentes nas notas fiscais/contas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda; (iii) compensações e aproveitamento de créditos, entre outros. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, bem como ação versando incidência de ICMS sobre subvenção baixa-renda.

Principal processo: Auto de Infração com valor pedido de R\$ 17.333 onde se discute questões relacionadas a ICMS.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 21. Patrimônio líquido

---

### 21.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$119.905 ações ordinárias (R\$119.905 em 2015), todas nominativas sem valor nominal.

### 21.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

### 21.3. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustada na forma do artigo 22 da Lei nº 6.404/76.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Companhia tendo, dentre outros, estabelecido que a distribuição de dividendos acima do mínimo exigido pela legislação fica condicionada a uma relação entre a Dívida Líquida e o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, menor ou igual a 3,5 (três vírgula cinco) vezes.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.509</b>	<b>31.550</b>
Absorção de Prejuízo	-	(6.637)
Reserva legal (5%)	(675)	(1.246)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>12.834</b>	<b>23.667</b>
Dividendos obrigatórios (25%) - R\$0,03 por ação (R\$0,049 por ação)	3.209	5.917
(*) Dividendos adicionais propostos R\$ 0,08 (R\$0,15 em 2015) por ação	9.625	17.750
<b>Total dos dividendos</b>	<b>12.834</b>	<b>23.667</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em diretoria.

Em Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos e dividendos adicionais propostos referente ao exercício de 2015 de R\$5.917 (R\$0,049 por ação) e R\$17.750 (R\$0,15 por ação) foram pagos em 31 de maio de 2016.

#### 21.4. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação no exercício de 2016 e 2015:

	2016	2015
<b>Saldo inicial - 2015 e 2014</b>	<b>(13)</b>	<b>(76)</b>
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(447)	96
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	152	(33)
<b>Saldo final - 2016 e 2015</b>	<b>(308)</b>	<b>(13)</b>

## 22. Receita operacional

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	153409	317.056	188.366	150.952	310.755	189.303
Industrial	929	113.242	68.696	944	152.339	85.524
Comercial	14.753	153.711	90.319	14.405	162.731	96.376
Rural	9.476	105.380	37.959	9.467	103.885	38.802
Poder público	2.048	30.935	17.401	2.072	32.509	18.598
Iluminação pública	127	49.016	16.731	113	49.278	17.651
Serviço público	275	37.196	17.709	275	36.487	17.687
Consumo próprio	59	625	0	57	658	-
<b>Subtotal</b>	<b>181.076</b>	<b>807.161</b>	<b>437.181</b>	<b>178.285</b>	<b>848.642</b>	<b>463.941</b>
Suprimento	-	158.782	25.216	-	68.658	16.766
Fornecimento não faturado líquido	-	(153)	(1.428)	-	(603)	4.648
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	13.531	-	-	9.200
Receita de construção (1)	-	-	22.840	-	-	15.951
(-) Ultrapassagem demanda (4)	-	-	(568)	-	-	(936)
(-) Excedente de reativos (4)	-	-	(1.907)	-	-	(1.430)
Constituição e Amortização - CVA ativa e passiva (2)	-	-	(35.506)	-	-	18.787
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	23.666	-	-	18.489
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	155	-	-	7.517
Outras receitas operacionais	-	-	4.782	-	-	4.618
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>181.076</b>	<b>965.790</b>	<b>487.962</b>	<b>178.285</b>	<b>916.697</b>	<b>557.551</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	79.453	-	-	83.448
PIS	-	-	7.664	-	-	8.301
COFINS	-	-	35.300	-	-	38.236
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT (3)	-	-	856	-	-	9.719
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	1.398	-	-	1.631
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	58.745	-	-	66.952
Programa de eficiência e desenvolvimento - P&D	-	-	1.398	-	-	1.624
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	472	-	-	428
<b>Total - deduções receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>185.286</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>210.339</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>181.076</b>	<b>965.790</b>	<b>302.676</b>	<b>178.285</b>	<b>916.697</b>	<b>347.212</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2016 e 2015 de acordo com o OCPC 08.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$8.966 (R\$37.588 em 2015), tendo repassado à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$856 (R\$9.719 em 2015). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2016 foi de R\$8.110 (R\$27.869 em 2015).

Para os meses de janeiro a dezembro de 2016 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(1)	(482)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(2)	(126)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016 (Nº 1.356 de 4 de maio de 2015)	-	(961)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016 (Nº 1.743 de 29 de maio de 2015)	-	(868)
Mai	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(1)	(1.351)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	(2)	(2.411)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(1)	(2.226)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(3)	(2.463)
Setembro	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.607 de 29 de outubro de 2015)	(4)	(1.418)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3.887 de 01 de dezembro de 2015)	-	2.825
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016 (Nº 007 de 05 de Janeiro de 2016)	(449)	(72)
Dezembro	Valores de 2016 foram estimados, enquanto 2015 foram homologados pelo Despacho nº 265 de 01 de Fevereiro de 2016	(393)	(166)
		<b>(856)</b>	<b>(9.719)</b>

(4) Do montante R\$2.475 em 31 de dezembro de 2016 (R\$2.366 em 2015), (R\$2.163 em 2015) está registrado na rubrica de obrigações especiais e R\$ 2.475 em 31 de dezembro de 2016 (R\$203 em 2015) em outros passivos financeiros setoriais regulatórios.

### 23. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administ.	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda (*)	165.862	-	-	-	165.862	201.763
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	31.226	-	-	-	31.226	29.639
Pessoal e administradores	-	18.116	-	5.678	23.794	21.070
Material	-	2.902	8	331	3.241	2.416
Serviços de terceiros	-	8.584	98	7.073	15.755	16.525
Depreciação e amortização	-	7.365	-	1.721	9.086	7.468
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	-	(209)	-	-	(209)	391
Provisões / Reversões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	1.394	1.394	(1.242)
Custo de construção	-	-	22.840	-	22.840	15.951
Outras	-	866	-	3.967	4.833	2.940
	<b>197.088</b>	<b>37.624</b>	<b>22.946</b>	<b>20.164</b>	<b>277.822</b>	<b>296.921</b>

## Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2016	2015	2016	2015
Energia de Itaipú - Binacional	188.324	189.185	38.431	50.520
Energia de Leilão	393.813	431.064	80.975	110.618
Energia Bilateral	196.225	234.608	35.464	42.978
Cotas de Angra REN 530/12	35.513	36.362	7.084	6.350
Cotas Garantia Física Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	229.196	92.963	13.563	2.197
Energia de curto prazo - CCEE (**)	-	9.306	-	5.976
Programa Incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	21.125	21.139	7.545	5.382
(-) Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(1.082)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(17.200)	(21.176)
<b>Total</b>	<b>1.064.196</b>	<b>1.014.627</b>	<b>165.862</b>	<b>201.763</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$1.082.

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(\*\*) Inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(\*\*\*) Não auditado pelos auditores independentes.

Uso de Estimativa: As operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 24. Outros resultados

	2016	2015
<b>Outras receitas:</b>		
Outros	13	161
<b>Total - Outras receitas</b>	<b>13</b>	<b>161</b>
<b>Outras despesas:</b>		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(737)	(1.686)
Outros	(6)	(19)
<b>Total - Outras despesas</b>	<b>(743)</b>	<b>(1.705)</b>
<b>Total líquido - Outros resultados</b>	<b>(730)</b>	<b>(1.544)</b>

## 25. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	5.303	2.458
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	4.277	4.158
Juros de energia vendida - CCEE	80	2.963
Juros/multa	1.556	418
Atualização depósito judicial	1.208	856
Juros ativos financeiros setoriais	3.239	6.376
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(277)	(493)
Outras receitas financeiras	223	1.188
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>15.609</b>	<b>17.924</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas - Juros	2.418	(8.101)
Marcação a mercado dívida	129	(130)
Atualização provisão para riscos	(305)	(415)
Variação cambial compra de energia - Itaipu Binacional	(506)	(2.580)
Atualização PEE e P&D	(1.565)	(1.625)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.118)	5.021
Marcação a mercado derivativos	260	(260)
Juros passivos financeiros setoriais	(2.880)	(1.954)
Juros/multa	(10.440)	(8.783)
(-) Transferência para ordens em curso	205	195
Outras despesas financeiras	(171)	(208)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(19.973)</b>	<b>(18.840)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(4.364)</b>	<b>(916)</b>

## 26. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	Exercícios findos em:	
	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:</b>	13.509	31.550
Média ponderada de número de ações (em milhares de ações)	119.905	119.905
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação: (*)</b>	<b>0,113</b>	<b>0,263</b>

(\*) Não possui instrumento diluidor.

## 27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada (R\$)	Prêmio anual 2016	Prêmio anual 2015
Risco Operacional	07/11/2017	58.000	84	64
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	74	76
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	12	15
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	23/10/2017	360	24	27
Transporte Nacional	30/01/2018	2.000	4	3
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	14.258	36	38
Compreensivo Empresarial	28/09/2017	620	2	3
			<b>236</b>	<b>226</b>

(\*) Importância Segurada e prêmio anualizado.

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

### Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de Seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

### Frota

A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

### Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica.

### Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP.



## 28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	15.232	15.232	37.482	37.482
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	9.334	9.334	527	527
Consumidores e concessionárias	2	62.383	62.383	72.160	72.160
Títulos de créditos a receber	2	861	861	541	541
Contas a receber da Concessão	3	5.203	5.203	4.991	4.991
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	3.485	3.485
Ativos financeiros setoriais	3	30.713	30.713	57.674	57.674

PASSIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	2	27.296	27.296	30.819	30.819
Empréstimos, financiamentos	2	13.521	13.521	37.992	37.992
Parcelamentos de tributos	2	19.732	19.732	21.735	21.735
Passivos financeiros setoriais	3	36.882	36.882	26.222	26.222

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos perdas no resultado do exercício de R\$514 (R\$11.939 de ganho em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 11 e 14.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2016, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses

ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2016 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em um ganho de R\$129 (R\$130 uma perda em 2015) e reconhecido no resultado como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## • Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

PASSIVO	2016	2015
Dívida (a)	13.521	37.992
Caixa e equivalentes de caixa	(15.232)	(37.482)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(1.711)</b>	<b>510</b>
Patrimônio líquido (b)	139.143	138.888
Índice de endividamento	-	0,37%

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		27.296	-	-	-	-	27.296
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14,42%	1.597	2.212	7.973	6.451	-	18.233
<b>Total</b>		<b>28.893</b>	<b>2.212</b>	<b>7.973</b>	<b>6.451</b>	<b>-</b>	<b>45.529</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos

financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da controladora final Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.232	37.482
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	9.334	527
Consumidores e concessionárias	6	62.383	72.160
Títulos de créditos a receber	7	861	541
Contas a receber da concessão	14	5.203	4.991
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	3.485
Ativo financeiro setorial	11	30.713	57.674

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,5% sobre 31 de dezembro 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 14,40%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Companhia de R\$13.521 (R\$37.992 em 2015).

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta R\$3.485 no ativo circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “fair value option”, vigentes em 31 de dezembro de 2015:

Fair Value Option	Valor de referência 2015	Descrição	Valor justo 2015
Dívida			
(Objeto de Hedge) (*)	20.000	Moeda Estrangeira - USD	(25.527)
Swap Cambial		<b>Posição Ativa</b>	
(Instrumento de Hedge)	20.000	Moeda Estrangeira - USD	25.527
		<b>Posição Passiva</b>	
		Taxa de Juros CDI	(22.041)
		<b>Posição Total</b>	<b>3.485</b>
		Posição Líquida Dívida + Swap	(22.041)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

## a) Variação das taxas de juros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00% ao ano e TJLP = 7,50% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	23.650	Baixa CDI	2.734	2.050	1.367
	(8.446)	Baixa TJLP	(633)	(475)	(316)
	(5.068)	Baixa SELIC	(586)	(439)	(293)
<b>Subtotal (**)</b>					
<b>Total (Perdas)</b>	<b>(13.514)</b>		<b>(1.219)</b>	<b>(914)</b>	<b>(609)</b>
	<b>10.136</b>		<b>1.515</b>	<b>1.136</b>	<b>758</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,56% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,50% ao ano, Selic 11,56% e TR 2,01% ao ano.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$7.

## 29. Benefícios a empregados

### 29.1. Contexto

O Plano Elétricas é patrocinado pelas seguintes empresas:

Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., dentre outras.

Conforme ao CPC 33, vigente para o exercício 2016 (com comparativo de 2015), as empresas patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários mensuraram para este exercício, os valores dos compromissos previdenciários dos planos.

### 29.2. Sumário dos planos de benefícios

As patrocinadoras tem como “veículo financeiro” dos seus planos de benefícios previdenciários a ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. É resultado do processo de fusão das seguintes fundações: a) FUNREDE - Fundação Rede de Seguridade; b) FUNGRAPA - Fundação Grão Pará de Previdência e c) PREVIMAT - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da EMT.

Os planos de benefícios previdenciários são descritos a seguir:

#### a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 01/08/1986, encontra-se em extinção desde 31/12/1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

### b. Plano de Benefícios Elétricas-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Os benefícios são custeados exclusivamente pelas empresas Patrocinadoras e de forma solidária com as demais Patrocinadoras.

Antes da fusão, os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

### c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 01/01/1999 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente a cada ano, e nessa fase é considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes (90%) e pelas patrocinadoras (10%).

## 29.3. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31 de dezembro de 2016

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2016, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados, são conforme segue:

### a. Número de participantes/beneficiários

	2016			2015		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
Número participantes	1	275	(*)	2	281	281
Número assistidos	10	1	7	11	1	7
Número beneficiários pensionistas	2	1	2	1	1	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>277</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>283</b>	<b>289</b>

(\*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

## b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Elétricas	2016			2015		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
<b>I - Premissas Biométricas</b>						
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	N/A	LIGHT MÉDIA	LIGHT MÉDIA	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI 85	MI 85	N/A	MI 85	MI 85	N/A
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
<b>II - Variáveis Econômicas</b>						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial (3)	6,10% a.a.	6,10% a.a.	6,10% a.a.	7,50% a.a.	7,50% a.a.	7,50% a.a.
Expectativa de Inflação Futura (2)	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,94% a.a.	11,94% a.a.	11,94% a.a.	13,41% a.a.	13,41% a.a.	13,41% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1	1	1	1	1	1
Taxa de Crescimento Real de Salários (*)	8,67% a.a.	8,67% a.a.	N/A	8,67% a.a.	8,67% a.a.	N/A
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
<b>III - Regime Financeiro de Capitalização</b>	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo.

(2) Boletim FOCUS: Meta de Inflação com variação positiva de um ponto percentual, observado o limite máximo da meta que é de 2 pp para cima ou para baixo

(3) Apurado nos Ativos de Renda Fixa, com base nos Títulos Públicos Federais das Notas do Tesouro Nacional - NTN série B com venc. 2035

(\*) Incluído expectativa de inflação Futura

Conforme o item 83 do CPC 33, a taxa de desconto utilizada na Avaliação está adequada com aquela praticada pelo mercado financeiro e com a política econômica do país e considerando o cenário econômico-financeiro internacional, motivo pelo qual acreditamos que a hipótese por nós adotada é adequada para o momento.

Conforme o item 79 do CPC 33, utilizou-se a expectativa de inflação de longo prazo, tendo em vista, relatório de mercado - Focus informados pelo Banco Central.



## c. Síntese da Avaliação Atuarial

Elétricas	2016			2015		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
<b>EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS</b>						
1. Valor presente da obrigação no início do exercício	3.930	3.018	12.759	3.741	981	10.298
Custo do serviço corrente	9	37	-	51	42	-
Custo dos juros	505	394	1.637	433	117	1.183
(Ganhos)/Perdas atuariais	959	(4)	935	(88)	1.878	2.418
Benefícios pagos	(361)	(169)	(1.364)	(207)	-	(1.140)
6. Valor presente da obrigação no fim do exercício	5.042	3.276	13.967	3.930	3.018	12.759
<b>EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO</b>						
1. Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.282	2.433	13.744	3.767	843	9.757
Ganhos/(Perdas) dos ativos	465	(309)	1.540	275	1435	3.903
Retorno esperado dos ativos do plano	553	320	1.775	447	100	1119
Contribuições do empregador	-	266	103	-	55	105
Benefícios pagos	(361)	(169)	(1.364)	(207)	-	(1.140)
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	4.939	2.541	15.798	4.282	2.433	13.744
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>						
1. Valor justo do ativo	4.939	2.541	15.798	4.282	2.433	13.744
2. Obrigações atuariais	(5.042)	(3.276)	(13.967)	(3.930)	(3.018)	(12.759)
3. Posição Líquida	(103)	(735)	1.831	352	(585)	985
4. Limite do ativo (Resolução CNPC Nº 22/2015)	-	-	(1.831)	(352)	-	(985)
5. Passivo atuarial parte do participante	43	-	-	-	-	-
6. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	(60)	(735)	-	-	(585)	-

## d. Prêmio de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2016 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$63 (R\$52 em 2015)

Reconciliação	2016			2015		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
Posição líquida em 2015 e 2014	-	(585)	-	-	(138)	(541)
Efeito em outros resultados abrangentes	(141)	(305)	874	39	(444)	540
Efeito no resultado do exercício	38	(111)	139	(39)	(58)	(104)
Contribuição da patrocinadora vertidas	-	266	103	-	55	105
Efeito do Limite do Teto do Ativo	-	-	715	-	-	-
Posição líquida em 2016 e 2015	(103)	(735)	1.831	-	(585)	-



Demonstração das despesas para o exercício de 2016, segundo critérios do CPC31/IAS16:

	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
Custo do serviço corrente	22	53	-
Custo dos juros	530	381	1.588
Rendimento esperado do ativo do plano	(569)	(302)	(1.813)
Juros sobre o Excesso ao Valor Justo dos Ativos	-	-	219
<b>Despesas previstas para 2017</b>	<b>(17)</b>	<b>132</b>	<b>(6)</b>

#### e. Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Plano	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
Títulos Públicos	69,02%	70,21%	53,95%
Créditos Privados	12,75%	10,06%	22,45%
Ações	0,97%	0,84%	0,91%
Fundos de investimentos	8,21%	17,86%	8,52%
Investimento imobiliário	8,69%	0,00%	8,15%
Empréstimo financeiro	0,31%	0,98%	5,96%
Outros	0,05%	0,05%	0,06%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

#### f. Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.555 (R\$1.721 em 2015).

## 30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2049	135.203	135.823	135.698	123.318	125.365	2.305.906

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfra e de Itaipu.

A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

## 31. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 03 de fevereiro de 1999, foi outorgado à EDEVP a distribuição de energia elétrica em 27 municípios, na região da Alta Sorocabana no Estado de São Paulo, pelo prazo de 20 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995, com

vencimento em 07 de julho de 2015. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Em 17 de dezembro de 2015 teve seu quinto termo aditivo assinado prorrogando o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica pelo período de 30 anos, com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

## 32. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Postes e cruzetas: A empresa vem substituindo postes de madeira para postes de concreto e as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas ecológicas, feitas de polietileno e bagaço de cana-de-açúcar, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2016, foram utilizadas 3.773 (2.341 em 2015) cruzetas ecológicas, o que representou um investimento na ordem de R\$278 (R\$178 em 2015).
2. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, conhecidos como rede compacta, de forma a evitar podas indesejáveis. Em 2016, foram construídos 47 km (180,7km em 2015) de rede com cabo multiplexado e/ou de rede compacta, totalizando um investimento na ordem de R\$2.193 (R\$3.089 em 2015), apresentando atualmente um total de 5% de redes protegidas e isoladas, quando comparadas com o total das redes elétricas da Companhia.
3. Nas construções das linhas de transmissão e subestações, são realizados os processos junto ao órgão ambiental competente para licenciamento ambiental das mesmas conforme previsto na legislação pertinente, realizando o acompanhamento da obra durante as fases de concepção, projeto, execução e monitoramento após sua conclusão.
4. Além de ter conhecimento da natureza dos resíduos gerados durante a execução de suas atividades, a Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, as quais atendem à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instaurada pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Dentre estas ações, destacam-se o gerenciamento dos papeis e papelões, resíduos recicláveis, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), tonners e lâmpadas.
5. Descarte de papeis: Durante o ano foram recolhidos e destinados à reciclagem 1,1 toneladas (2,5 toneladas em 2015) de papeis de escritório inservíveis e papelões, sendo que o valor arrecadado com a venda dos mesmos foi destinado para uma instituição filantrópica sem fins lucrativos de dois modos diferentes: até o primeiro semestre de 2016 o valor foi revertido diretamente para a conta da instituição filantrópica; no segundo semestre o valor foi convertido em bônus na conta de energia da instituição através do projeto de eficiência energética Conta Cidadã.
6. Coleta de pilhas e baterias: Há disponíveis alguns recipientes de coleta espalhados pelas dependências da empresa para coleta de pilhas e baterias utilizadas nas atividades da empresa, como também trazidos pelos colaboradores e clientes. No ano de 2016 foi realizado o descarte por empresa licenciada pelo órgão ambiental competente.
7. Descarte de perigosos e EPIs: Foi contratada empresa especializada e licenciada para coleta de resíduos perigosos, classificados como resíduo Classe I segundo a ABNT NBR 10.004:2004, e para os EPIs que fossem devolvidos para serem descartados. Durante o ano de 2016 foram coletados 676 kg de resíduos. O contrato

que compunha todas as coletas do ano foi no valor de R\$8, o qual contemplou também a obtenção da licença para transporte de resíduos perigosos exigida no Estado de São Paulo.

8. Descarte de lâmpadas: Em 2016 foram coletadas e descartadas 170 lâmpadas, através de empresa especializada e licenciada para a atividade. As lâmpadas foram oriundas das instalações prediais da Companhia.
9. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando o teor de Bifenilas Policloradas (PCB) e /ou impurezas, a fim de eliminar tais elementos dos equipamentos da empresa, ratificando assim, o cumprimento dos requisitos legais.
10. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores para utilizar os recursos naturais de forma racional e sustentável, além da otimização de sua qualidade de vida, refletindo em suas famílias e em toda a sociedade. Como ações, foram realizadas campanhas internas, dando destaque para o Dia da Água, na participação dos colaboradores em plantios de árvores e para a realização da VIII Semana da Sustentabilidade.
11. Realizações de programas e ações externas a fim de proporcionar conhecimento e educação voltados ao tema ambiental à sociedade, bem como proporcionar à sociedade meios de desenvolver atitudes ligadas à preservação do meio ambiente. Como exemplo tem-se o projeto Conta Cidadã, dentro do Programa de Eficiência Energética, o qual consiste na troca de materiais recicláveis por bônus na conta de energia.
12. Exige para os participantes dos processos de venda de sucatas que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.
13. Arborização Urbana: Foram confeccionados 16 mil manuais de arborização e poda urbana, através de uma parceria com o Conselho de Consumidores. O material foi divulgado e distribuído à população em geral, bem como para as autoridades municipais e entidades.
14. Gestão da Poda: Durante o ano de 2016, foram feitos treinamentos de poda com as equipes que executam esta atividade nos municípios de concessão da Companhia. Os treinamentos compreenderam as equipes próprias e terceirizadas. Os treinamentos e orientações fazem parte das ações ambientais, com o intuito de promover a educação ambiental voltada para a preservação da vegetação, a fim de possibilitar uma convivência harmoniosa entre a vegetação e a rede elétrica. Foram treinados durante 2016 62 colaboradores e terceirizados.
15. Monitoramento climático: A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático, a qual detecta e informa as descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também realizam mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão da Companhia. O intuito do programa é se precaver às mudanças climáticas de grande impacto, a fim de que sejam tomadas medidas de prevenção necessárias para que o fornecimento de energia seja mantido.
16. Combustível renovável: A Companhia prioriza em veículos leves o uso de ETANOL. Um dos objetivos da ação, iniciada em 2013, é reduzir a emissão de CO2 na atmosfera. Além disso adquiriu em 2015 novos veículos, cujos modelos emitem menos CO2 quando comparados aos modelos anteriormente utilizados pela empresa, conforme classificação do INMETRO.
17. Manutenção preventiva e corretiva dos veículos, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica. Como ação direta, foi implantando no ano de 2016 o programa de controle da emissão da fumaça preta nos veículos à Diesel. Através da metodologia da Escala de Ringelmann, a qual consiste numa avaliação numa escala de cores, é verificado periodicamente o nível da fumaça preta emitida. Caso seja constatada uma coloração fora dos padrões permitidos pela legislação vigente, o veículo é encaminhado para a manutenção. Esta metodologia é a mesma utilizada nos órgãos ambientais que realizam este tipo de fiscalização.
18. Por meio da compensação obrigatória em decorrência a supressões previamente foram desenvolvidos projetos para plantios e manutenção, por no mínimo 3 anos, de mudas de árvores nativas em áreas do estado de São Paulo. Em andamento, temos 1 projeto na Companhia, com aproximadamente 4,2 hectares sendo reflorestados, o que equivale ao plantio de 7.000 mudas, somando um desembolso na ordem de R\$124 ao final dos projetos.

19. Atuação junto ao poder público municipal para autorizar a atividade de poda de árvores nos municípios e determinadas adequações da arborização em pontos críticos de fornecimento de energia.
20. Em consequência ao sinistro por terceiros em um transformador na Subestação Água do Almoço, no município de Cândido Mota, foi realizada a remediação da área, com remoção do solo contaminado com óleo, dentre outras ações, que culminou no desembolso na ordem de R\$372.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

### 33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	57	15.100
Contas a receber da concessão - Valor justo ativo indenizável da concessão	155	7.517
Fornecedores	2.200	1.658
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	2.200	1.658

### 34. Eventos subsequentes

#### 34.1. Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES

Em 23 de janeiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, no montante de R\$496, com condições contratuais (vide nota explicativa 17 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas).

Em 20 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, no montante de R\$509, com condições contratuais (vide nota explicativa 17 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas).

#### 34.2. Bandeira tarifária

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos.”

## Diretoria Executiva

---

**Gabriel Alves Pereira Júnior**

Diretor Presidente e Diretor Administrativo e de Controles

**Mauricio Perez Botelho**

Diretor Financeiro

**Fernando Cezar Maia**

Diretor de Estratégia e Assuntos Regulatórios

**José Adriano Mendes Silva**

Diretor Técnico e Comercial

**Daniele Araújo Salomão Castelo**

Diretora sem designação específica

**Carlos Marcio Ferreira**

Diretor sem designação específica

**Roberto Carlos Pereira Currais**

Diretor sem designação específica

**Vicente Cortes de Carvalho**

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial  
CRC-MG 042523/O-7 “S” SP

**Carolina Andrade Cassim**

Contadora  
CRC 1 SP 2341/O-5

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Empresa de Distribuição de Energia do Vale Paranapanema S.A.  
São Paulo - SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Distribuição de Energia do Vale Paranapanema S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Distribuição de Energia do Vale Paranapanema S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na reapresentação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante,



inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ    Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4